ano 7 – n. 13 | julho/dezembro – 2022
Belo Horizonte | p. 1-248 | ISSN 2446-9823
R. Int. de Dir. Púb. – RIDP

Revista Internacional de DIREITO PÚBLICO

RIDP

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOUTRINA

ARTIGOS

Encerramento da licitação: exegese do art. 71 da Lei nº 14.133/2021

Ricardo Marcondes Martins 9

1 Introito 9
2 Inversão de fases 10
3 Concentração de atos 11
4 Encaminhamento à autoridade superior 12
5 Implícito parecer jurídico obrigatório 13
6 Correção de invalidades 13
6.1 Cautelas para evitar invalidades 14
6.2 Saneamento de falhas e competição 14
6.3 Estabilização do vício 17
7 "Revogação da licitação" 17
7.1 Conceito técnico de revogação 18
7.2 Precariedade e licitação 18
7.3 Decaimento ou caducidade 19
7.4 Interpretação conforme a Constituição 20
7.5 Fato superveniente 21
7.6 Manifestação dos interessados 21
8 Invalidação da licitação 22
8.1 Vícios insanáveis 22
8.2 Atuação de ofício ou por provocação 23
8.3 Manifestação dos interessados 23
8.4 Motivação da invalidação e responsabilização disciplinar 24
9 Homologação 25
10 Adjudicação 26
11 Direito à contratação 26
12 "Fase final" da contratação direta ou dos procedimentos auxiliares 27
13 Conclusões 27
Referências 29

A intervenção do Estado como remédio para a globalização excludente

Pâmela Adriélle Pertile dos Passos, Klaus Almeida Struecker, Luiz Eduardo Gunther 33

1 Introdução 34
2 Globalização e desigualdade social: aspectos conceituais e históricos 35
3 O processo de globalização e suas mazelas 38
4 A intervenção do Estado como remédio para a globalização excludente 42
Considerações finais 46
Referências 47

O direito internacional humanitário

Benigno Núñez Novo 49

1 Introdução 49
2 Desenvolvimento 50

3 Considerações finais 58
Referências 59

Princípio da igualdade: uma análise da capacidade contributiva no Brasil como critério de justiça tributária
Fernando Rangel Alvarez dos Santos, Raphael Vieira da Fonseca Rocha 61

Introdução 61
1 Conceito e origem da capacidade contributiva 62
2 Capacidade contributiva no ordenamento jurídico brasileiro 68
3 Capacidade contributiva como critério de justiça tributária 75
Conclusão 79
Referências 80

Sobre legitimidades e violências no novo regime democrático-constitucional
Raíssa Moreira Lima Mendes Musarra 83

1 Introdução 83
2 Aspectos da democracia no Brasil 84
3 Considerações finais 86
Referências 89

O compartilhamento de dados pessoais e a responsabilização do agente público pela prática de ato de improbidade administrativa
Luís Coelho da Silva Júnior, Júlio Camargo de Azevedo 91

Introdução 92
1 A proteção de dados pessoais no Brasil 93
2 A regulamentação do compartilhamento de dados pessoais entre órgãos federais ... 97
3 O compartilhamento de dados pessoais e a responsabilização do agente público por ato de improbidade administrativa 101
Conclusões 103
Referências 105

Pluralismo e poliarquia: origens, fundamentos teóricos e implicações do pensamento de Robert Dahl no (atual) conceito de Estado Democrático de Direito
Matheus Mascarenhas Guzella 107

1 Introdução 107
2 Robert Dahl e a construção do modelo 108
3 A construção contemporânea do Estado Democrático de Direito 113
4 O pluralismo e o Estado Democrático de Direito 115
5 Considerações finais 117
Referências 118

Um exame do conceito de “sistema jurídico” em consonância com a teoria geral dos sistemas e suas implicações à interpretação do direito
João Damasceno Lopes Neto 121

Introdução 121
1 O que é um sistema? 123
1.1 A compreensão de “sistema” nas visões de von Bertalanffy e Luhmann 123
2 As diferentes concepções de sistema jurídico 126
2.1 O sistema jurídico de Hans Kelsen 127
2.2 O sistema jurídico de Claus-Wilhelm Canaris 128

2.3 O sistema jurídico na visão de Tércio Sampaio Teodoro Júnior 130
3 Algumas reflexões sobre o conceito de sistema jurídico 131
3.1 Os pressupostos dogmáticos para a compreensão do sistema jurídico 131
3.2 Uma crítica à concepção corrente de sistema jurídico 133
3.3 A construção de um conceito analítico de sistema jurídico 134
4 Algumas consequências da compreensão do sistema jurídico à luz da teoria geral dos sistemas 137
Conclusões 139
Referências 140

A Quarta Emenda à Constituição dos Estados Unidos na era digital
Isabella Macedo Torres 143
1 Introdução 143
2 A Quarta Emenda à Constituição dos Estados Unidos da América 144
3 (In)efetividade da Quarta Emenda frente aos avanços tecnológicos e a proposta de uma interpretação extensiva frente à análise dos casos *United States v. Jones* e *Riley v. California* 149
4 Conclusões 157
Referências 158

Direito internacional, direito de guerra e domínio público internacional
Silvio Moreira Alves Júnior 161
Introdução 161
1 Reconhecimento de Estado e suas consequências 163
2 Responsabilidade internacional 165
3 Direito de guerra e sua extensão 167
4 Concepção de guerra 169
5 Elementos que configuram uma guerra legítima 171
6 Da (im)parcialidade dos Estados 172
7 Domínio público internacional 173
8 Consequências da guerra 173
Conclusão 174
Referências 175

A proteção interamericana do direito à saúde em tempos de pandemia
Letícia Pereira de Alvarenga Tavares 177
Introdução 177
1 Justiciabilidade do direito à saúde: análise evolutiva no contexto interamericano de direitos humanos 178
2 O papel da Corte Interamericana de Direitos Humanos em tempos da pandemia de COVID-19 183
3 Considerações sobre a Resolução nº 01/2020 da Corte Interamericana de Direitos Humanos 186
4 Da especificidade acerca da vacinação contra a COVID-19 e a Resolução nº 01/2021 190
Conclusão 192
Referências 194

Notas sobre o regime jurídico do abono de permanência na administração pública municipal de Guarulhos
Adriano Justi Martinelli 197
1 Introdução, histórico normativo e natureza jurídica do abono de permanência 198
2 Abono de permanência: sua inclusão para efeitos de aplicação da regra do teto remuneratório constitucional aplicável no regime jurídico-administrativo municipal 205
3 O abono de permanência e o imposto sobre a renda: sua inclusão para composição da base de cálculo do tributo 207
Conclusão 213
Referências 214

Regime jurídico público-constitucional aplicável à dispensa do empregado público: uma análise das tendências de um novo posicionamento do Supremo Tribunal Federal e dos reflexos da falta de motivação do ato demissional das estatais
Bruno Cesar Lazaro Pardal Martins 217
Introdução 218
1 Tendências de um novo posicionamento do STF sobre a motivação da dispensa do empregado público 219
1.1 Repercussão geral do Recurso Extraordinário nº 688.267/CE: principais argumentos contrários à motivação da dispensa do empregado público 221
1.2 O entendimento da Procuradoria-Geral da República sobre a motivação da dispensa do empregado público 223
2 O regime jurídico público-constitucional aplicável à dispensa do empregado público 226
2.1 A coerência do sistema normativo unitário e a incidência do regime jurídico público-constitucional nas estatais 226
2.2 Fundamentos da obrigatoriedade de motivação da dispensa do empregado público 230
3 Reflexos, na esfera jurídica, da falta de motivação do ato de dispensa do empregado público 237
4 Reflexos, na esfera social, da falta de motivação do ato de dispensa do empregado público 241
Conclusão 243
Referências 244

Instruções para os autores 247